



São Paulo, 26 de agosto de 2021.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2021.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2021 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vvfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 27 de agosto 2021.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

JÖRG MICHAEL PAPE
Presidente - Comitê de auditoria

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

Demonstrações Financeiras

Banco Volkswagen S.A.

30 de junho de 2021

com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Desde meados do primeiro trimestre de 2020, trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em Junho de 2021. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil e a partir do segundo semestre de 2021, Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 24,9 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 20,9 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 23ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 64,8% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 62,4% no segmento de caminhões e ônibus e 65,3% no segmento de automóveis.
- Sólida presença no mercado de capitais mesmo em um mercado volátil como o atual: nona oferta pública de Letras Financeiras no valor de R\$ 750 milhões. A emissão foi a segunda em duas séries, de 2 e 3 anos, e ela atingiu uma demanda de 2,83 vezes maior que a oferta.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 15,1% em 30 de junho de 2021.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2021 concentraram 90% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

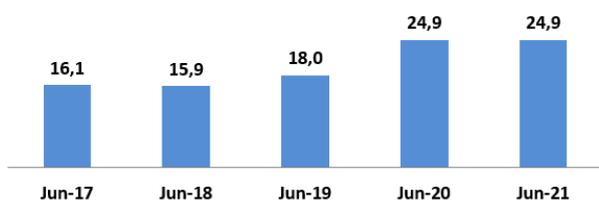
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

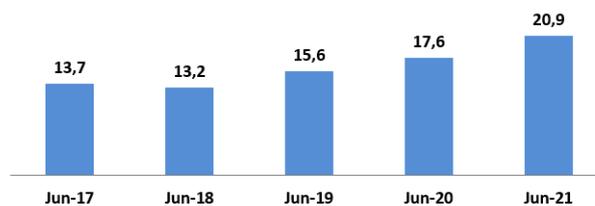
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

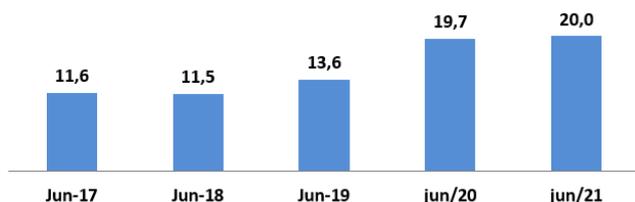
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



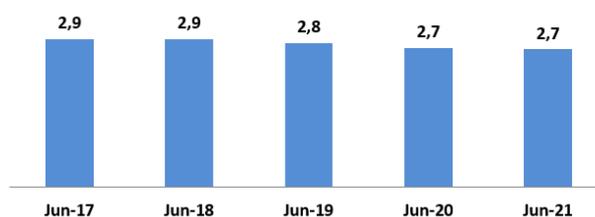
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Resumo do relatório do comitê de auditoria	40

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 30 de junho de 2021, a carteira de operações de crédito era de R\$ 20.871.073 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 667.264 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 Em milhares de reais

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE	11.502.775	11.007.438
Disponibilidades (Nota 3)	169	86
Instrumentos Financeiros	10.922.969	10.875.226
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.136.403	1.708.550
Relações interfinanceiras (Nota 3)	29	30
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	9.113	787
Operações de crédito (Nota 6)	9.209.383	8.496.987
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	568.041	668.872
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	25.320	26.409
Arrendamentos financeiros	25.320	26.337
Arrendamentos operacionais	-	72
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(205.211)	(199.885)
Operações de crédito	(201.397)	(196.101)
Operações de arrendamento mercantil	(894)	(440)
Outros créditos	(2.920)	(3.344)
Outros ativos (Nota 7)	759.528	305.602
NÃO CIRCULANTE	13.391.528	12.543.974
Instrumentos Financeiros	11.105.476	9.888.096
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	40.365	53.389
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	18.831	-
Operações de crédito (Nota 6)	11.046.280	9.834.707
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	21.460	27.579
Arrendamentos financeiros	21.460	27.579
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(462.053)	(432.856)
Operações de crédito	(461.531)	(432.393)
Operações de arrendamento mercantil	(522)	(463)
Ativos fiscais diferidos (Nota 20 (a))	1.440.591	1.416.919
Outros ativos (Nota 7)	921.314	902.564
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	334.419	712.134
Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))	1.919	4.290
Imobilizado de uso (Nota 9)	18.197	17.362
Intangível (Nota 10)	64.252	59.955
Depreciações e amortizações	(54.047)	(52.069)
Imobilizado de uso (Nota 9)	(10.560)	(9.454)
Intangível (Nota 10)	(43.487)	(42.615)
TOTAL DO ATIVO	24.894.303	23.551.412

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2021	2020
CIRCULANTE	13.915.136	14.538.530
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.062.620	13.744.537
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	2.143.230	2.110.398
Recursos de clientes (Nota 12)	6.169.144	6.519.123
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	4.460.296	4.777.146
Dívidas subordinadas (Nota 14)	176.500	145.637
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	309	21.060
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	113.141	171.173
Outros passivos (Nota 17)	852.516	793.993
NÃO CIRCULANTE	8.277.423	6.134.545
Depósitos e demais instrumentos financeiros	6.975.504	4.753.918
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	500.597	768.727
Recursos de clientes (Nota 12)	1.887.727	1.017.079
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	2.684.955	1.011.826
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.848.368	1.846.364
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	2.438	866
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	51.419	109.056
Provisões (Nota 15)	1.078.711	1.092.531
Outras provisões	1.078.711	1.092.531
Passivos fiscais diferidos (Nota 20 (b))	166.451	166.974
Outros passivos (Nota 17)	56.757	121.122
Patrimônio líquido (Nota 18)	2.701.744	2.878.337
Capital social	1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros	1.301.681	1.580.860
Outros resultados abrangentes	(12.425)	(10.406)
Lucros acumulados	104.605	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.894.303	23.551.412

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.519.320	1.365.886
Operações de crédito	1.497.817	1.316.187
Operações de arrendamento mercantil	3.746	7.539
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.421	42.832
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(12.008)	(7.130)
Operações de venda de ativos financeiros	13.344	6.458
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(393.542)	(439.259)
Operações de captação no mercado	(276.111)	(340.800)
Operações de empréstimos e repasses	(110.292)	(74.972)
Operações de venda de ativos financeiros	(7.139)	(23.487)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.125.778	926.627
DESPESAS DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA (Nota 6 (g))	(261.119)	(501.529)
Operações de crédito	(260.922)	(506.914)
Operações de arrendamento mercantil	(622)	220
Outros créditos	425	5.165
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	864.659	425.098
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(446.367)	(262.260)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	51.449	42.642
Despesas de pessoal	(1.533)	(1.869)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(154.954)	(142.083)
Despesas tributárias	(49.652)	(41.284)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	34.285	41.640
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	48.333	57.817
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(374.295)	(219.123)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(7.474)	(15.250)
Fiscais	(11.994)	(8.830)
Cíveis	2.152	(6.335)
Trabalhistas	2.368	(85)
RESULTADO OPERACIONAL	410.818	147.588
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	410.818	147.588
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(96.879)	(24.166)
Contribuição social (Nota 20 (c))	(77.513)	(16.758)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	236.426	106.664
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$	0,76	0,34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do semestre	236.426	106.664
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(2.019)	(3.657)
Hedge de fluxo de caixa (Nota 4)	(3.671)	(7.647)
Hedge de fluxo de caixa – efeitos tributários (Nota 4)	1.652	3.990
Total do resultado abrangente	<u>234.407</u>	<u>103.007</u>
Atribuível a:		
Acionistas da Instituição	234.407	103.007
Participação dos não controladores	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial de lucros			
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	-	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.657)	-	(3.657)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	106.664	106.664
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	5.333	-	-	(5.333)	-
Em 30 de junho de 2020	<u>1.307.883</u>	<u>18.515</u>	<u>-</u>	<u>215.146</u>	<u>1.097.467</u>	<u>(10.246)</u>	<u>101.331</u>	<u>2.730.096</u>
Em 31 de dezembro de 2020	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	-	2.878.337
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.019)	-	(2.019)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	236.426	236.426
Destinações:								
Dividendos pagos (R\$ 0,93/ação) AGE 22/03/21	-	-	(291.000)	-	-	-	-	(291.000)
Dividendos pagos (R\$ 0,38/ação) AGE 31/03/21	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Reserva legal	-	-	-	11.821	-	-	(11.821)	-
Em 30 de junho de 2021	<u>1.307.883</u>	<u>18.515</u>	<u>-</u>	<u>239.471</u>	<u>1.043.695</u>	<u>(12.425)</u>	<u>104.605</u>	<u>2.701.744</u>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO
 Em milhares de reais

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	236.426	106.664
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	1.978	3.359
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(34.285)	(41.640)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	261.119	501.529
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	89.978	88.672
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	(46.336)	16.176
Provisões/(reversões) para outros passivos e ativos	(14.014)	(20.870)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	33.734	44.802
Tributos diferidos	(22.544)	(178.629)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	506.056	520.063
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	11.005	22.906
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(2.140.987)	(259.446)
Redução (aumento) em outros ativos	(68.577)	602.208
Imposto de renda e contribuição social pagos	(298.657)	(301.315)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(2.497.216)	64.353
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	1.641.649	3.984.664
Aumento (redução) em outros passivos	(59.641)	(121.919)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	1.582.008	3.862.745
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(409.152)	4.447.161
Aquisição de imobilizado de uso	(835)	-
Aquisição de intangível	(4.297)	(1.650)
Dividendos recebidos	412.000	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	406.868	(1.650)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(57.113)	(82.471)
Dividendos pagos	(512.668)	(539.105)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(569.781)	(621.576)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(572.065)	3.823.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.708.666	830.897
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 3)	1.136.601	4.654.832
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(572.065)	3.823.935

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a partir do segundo semestre de 2021, a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

Em 2020, a Instituição ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*). As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(c) Instrumentos Financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

IV – Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

(d) Operações de arrendamento mercantil

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022. A administração apurou os impactos desta alteração de alíquota e julgou que os mesmos são imateriais para fins de alteração das estimativas contábeis.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

(g) Investimentos em participação em controladas

O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 99,99%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

(h) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(l) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 17).

(o) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

(p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total disponibilidades	169	86
Disponibilidades	169	86
Total aplicações no mercado aberto	918.089	1.451.429
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.989	127.209
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.309.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	868.100	14.577
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	218.314	257.121
Pós-fixado DI	218.314	257.121
Total relações interfinanceiras	29	30
Relações com correspondentes no país	29	30
	<u>1.136.601</u>	<u>1.708.666</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	30 de junho de 2021				
	Valor nocial	Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	149.971	190	-	-	3.456
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	5.293.315	27.754	(2.747)	(12.425)	(15.464)
		<u>27.944</u>	<u>(2.747)</u>	<u>(12.425)</u>	<u>(12.008)</u>
Circulante		9.113	(309)		
Não circulante		18.831	(2.438)		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Tipo	Valor nocial	31 de dezembro de 2020		Patrimônio Líquido	30 de junho de 2020
		Ativo	(Passivo)		Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	265.971	787	-	-	7.301
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	4.023.951	-	(21.926)	(10.406)	(14.431)
		787	(21.926)	(10.406)	(7.130)
Circulante		787	(21.060)		
Não Circulante		-	(866)		

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI).

Em 30 de junho de 2021 o valor nocial é de R\$ 5.293.315 (2020 – R\$ 4.023.951), com prazos de vencimentos entre 2021 até junho de 2024. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 12.425 (2020 – R\$ 10.406).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho de 2021 e 31 dezembro de 2020, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2021	2020
07/2019	Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	40.365	53.389
		40.365	53.389
	Não circulante	40.365	53.389

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o semestre de 2021 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações de crédito	20.255.663	18.331.694
Operações de arrendamento mercantil financeiro	46.780	53.916
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	589	1.343
Outros créditos - títulos e créditos a receber	568.041	668.872
	<u>20.871.073</u>	<u>19.055.825</u>

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ Nil - (2020 – R\$ 72) e imobilizado de arrendamento R\$ 1.919 (2020 – R\$ 4.290).

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2021					
<u>Nível de risco</u>	<u>Curso anormal</u>			<u>Total</u>	<u>Provisão</u>
	<u>Vincendas</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Curso normal</u>		
AA	-	-	3.951.495	3.951.495	1.540
A	-	-	12.835.893	12.835.893	65.679
B	186.587	18.926	1.837.122	2.042.635	20.488
C	195.649	10.825	742.085	948.559	28.468
D	116.177	10.581	215.149	341.907	34.239
E	67.734	7.724	72.790	148.248	44.475
F	82.893	9.357	130.292	222.542	111.271
G	47.684	8.383	6.231	62.298	43.608
H	216.513	57.830	43.153	317.496	317.496
	<u>913.237</u>	<u>123.626</u>	<u>19.834.210</u>	<u>20.871.073</u>	<u>667.264</u>

2020					
<u>Nível de risco</u>	<u>Curso anormal</u>			<u>Total</u>	<u>Provisão</u>
	<u>Vincendas</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Curso normal</u>		
AA	-	-	3.024.958	3.024.958	820
A	-	-	11.794.007	11.794.007	60.112
B	148.709	15.721	1.793.904	1.958.334	19.585
C	118.880	6.311	1.086.905	1.212.096	36.363
D	101.904	7.798	327.050	436.752	43.675
E	49.777	5.395	28.362	83.534	25.060
F	55.837	6.965	111.057	173.859	86.929
G	29.056	4.925	6.312	40.293	28.205
H	221.981	77.259	32.752	331.992	331.992
	<u>726.144</u>	<u>124.374</u>	<u>18.205.307</u>	<u>19.055.825</u>	<u>632.741</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2021
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	216.374	5.185.786	5.402.160
De 181 a 360 dias	185.745	4.198.822	4.384.567
Acima de 361 dias	511.118	10.422.472	10.933.590
	<u>913.237</u>	<u>19.807.080</u>	<u>20.720.317</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	9.718	27.130	36.848
De 15 a 60 dias	45.571	-	45.571
De 61 a 180 dias	46.280	-	46.280
De 181 a 360 dias	22.057	-	22.057
	<u>123.626</u>	<u>27.130</u>	<u>150.756</u>
	<u>1.036.863</u>	<u>19.834.210</u>	<u>20.871.073</u>
			2020
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias	407.330	9.303.805	9.711.135
	<u>726.144</u>	<u>18.175.916</u>	<u>18.902.060</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	8.607	29.391	37.998
De 15 a 60 dias	35.585	-	35.585
De 61 a 180 dias	48.827	-	48.827
De 181 a 360 dias	31.355	-	31.355
	<u>124.374</u>	<u>29.391</u>	<u>153.765</u>
	<u>850.518</u>	<u>18.205.307</u>	<u>19.055.825</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020
Pessoas físicas	8.315.620	8.203.450
Outros serviços	7.009.072	6.171.676
Comércio	3.734.618	3.189.613
Indústria	1.274.207	1.073.338
Rural	78.354	68.453
Habitação	282.917	213.603
Intermediário financeiro	176.285	135.692
	<u>20.871.073</u>	<u>19.055.825</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2021		2020	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	182	-	17	72
Bens arrendados	87.257	3.812	103.054	8.408
Depreciação acumulada de bens arrendados	(66.127)	(1.893)	(73.221)	(4.118)
Superveniência de depreciação	37.168	-	37.542	-
Perdas em arrendamento a amortizar	5.118	-	5.360	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(3.556)	-	(2.367)	-
Credores por antecipação de valor residual	(13.262)	-	(16.469)	-
	<u>46.780</u>	<u>1.919</u>	<u>53.916</u>	<u>4.362</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2026 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 34.683 (2020 - R\$ 38.617), sendo que desse total R\$ 13.262 (2020 - R\$ 16.469) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em "Operações de crédito" e o passivo registrado como "Outros passivos financeiros". Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.807
		<u>1.013.228</u>	<u>1.096.807</u>

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
FIDC Driver Four	144.310	253.589	164.560	280.229
Circulante	100.714	162.624	113.141	171.173
Não circulante	43.596	90.965	51.419	109.056

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020	
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	632.741	658.220	658.220
Constituição de provisão	261.119	501.529	672.551
Baixas por utilização	(226.596)	(185.520)	(698.030)
Saldo final	<u>667.264</u>	<u>974.229</u>	<u>632.741</u>

Em 30 de junho, foram recuperados créditos no montante de R\$ 295.905 (2020 - R\$ 139.637). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 88.506 (2020 - R\$ 3.481.116) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 2.545.899 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 3.245.544).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 30 de junho é de R\$ 1.942.261 (2020 - R\$ 2.564.128).

7. OUTROS ATIVOS

	2021	2020
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16 (a))	869.654	849.927
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	199.797	51.475
Impostos e contribuições a compensar	555.040	255.689
Outros valores e bens	46.747	40.272
Despesas antecipadas	9.604	10.803
Total	<u>1.680.842</u>	<u>1.208.166</u>
Circulante	<u>759.528</u>	<u>305.602</u>
Não circulante	<u>921.314</u>	<u>902.564</u>

8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	2021	2020
Informações sobre a investida:		
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido nos semestres	34.285	41.640
Patrimônio líquido	334.419	712.134
Resultado de participação em controlada	34.285	41.640
Investimento (i)	334.419	712.134

(i) Na Assembleia Geral Extraordinária de 05 de abril de 2021, houve a aprovação de distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor de R\$ 412.000.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

9. IMOBILIZADO DE USO

	Instalações, móveis equipamentos de uso	Total
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	6.288	6.288
Aquisições	3.276	3.276
Depreciação do período	(1.582)	(1.582)
Baixas	(74)	(74)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908
Custo	17.362	17.362
Depreciação acumulada	(9.454)	(9.454)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908
Aquisições	835	835
Depreciação do período	(1.106)	(1.106)
Movimentação líquida em 30 de junho de 2021	7.637	7.637
Custo	18.197	18.197
Depreciação acumulada	(10.560)	(10.560)
Valor contábil líquido em 30 de junho de 2021	7.637	7.637

10. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de desenvolvimento de software gerados internamente	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	1.667	13.316	14.983
Aquisições	-	7.315	7.315
Amortização do período	(550)	(4.408)	(4.958)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.117	16.223	17.340
Custo	18.297	41.658	59.955
Amortização acumulada	(17.180)	(25.435)	(42.615)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.117	16.223	17.340
Aquisições	802	3.495	4.297
Amortização do período	(258)	(614)	(872)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2021	1.661	19.104	20.765
Custo	19.100	45.152	64.252
Amortização acumulada	(17.439)	(26.048)	(43.487)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2021	1.661	19.104	20.765

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

11. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 2.643.827 (2020 - R\$ 2.879.125), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 130,00% do DI (2020 - 100,00% a 130,30% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento:

	2021		2020	
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME
Até 90 dias	752.026	185.171	308.888	206.206
De 91 a 365 dias	808.207	397.826	1.093.228	502.076
De 1 a 3 anos	-	440.930	107.058	611.723
Acima de 3 anos	-	59.667	-	49.946
Total	1.560.233	1.083.594	1.509.174	1.369.951

12. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 116,0% do DI, (2020 - 96,0% a 130,0% do DI).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é composta como segue:

	2021	2020
Até 90 dias	2.691.608	2.169.793
De 91 a 365 dias	3.477.536	4.349.330
De 1 a 3 anos	1.859.938	982.236
Acima de 3 anos	27.789	34.843
Total	8.056.871	7.536.202

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até maio de 2024, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI, (2020, com vencimento até novembro de 2023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de de 100,0% a 112,8% do DI).

Com a adesão ao SPB, em 2020, a Instituição se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captação via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil. Em 30 de junho, do montante abaixo, R\$ 3.155.881 (2020 - R\$ 3.107.143), referem-se a essas operações e são indexados em 100% de Selic + 0,60% a.a.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Até 90 dias	943.364	695.401
De 91 a 365 dias	3.516.932	4.081.745
De 1 a 3 anos	2.684.955	1.011.826
	<u>7.145.251</u>	<u>5.788.972</u>

14. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são compostas como segue:

<u>Prazo até o vencimento</u>	<u>Valor original da operação</u>		<u>Saldo</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Até 1 ano	66.388	57.047	176.500	145.637
De 1 a 3 anos	230.083	217.148	593.611	537.698
De 3 a 5 anos	189.425	178.813	475.744	432.664
Acima de 5 anos	366.957	421.636	779.013	876.002
	<u>852.853</u>	<u>874.644</u>	<u>2.024.868</u>	<u>1.992.001</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,0% ao ano (2020 – 8,7% a 10,1% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$1.255.661 (2020 – R\$1.255.827). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 23 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 667.625 (2020 – R\$ 717.876).

15. PROVISÕES

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 16)	1.078.624	1.092.445
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 23 (h))	87	86
	<u>1.078.711</u>	<u>1.092.531</u>
Não circulante	<u>1.078.711</u>	<u>1.092.531</u>

16. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Reclamações trabalhistas (Nota 16 (c))	79.191	82.348	19.641	19.171
Reclamações cíveis (Nota 16 (c))	206.924	250.778	30.355	67.288
Riscos fiscais (Nota 16 (c))	144.566	143.427	94.093	93.586
Obrigações legais (Nota 16 (c))	647.943	615.892	725.565	669.882
Total	1.078.624	1.092.445	869.654	849.927
Não circulante	1.078.624	1.092.445	869.654	849.927

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2021	2020	
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.092.445	979.561	979.561
Constituição	52.421	84.744	195.292
Reversão	(58.775)	(48.822)	(82.752)
Baixa	(47.555)	(7.422)	(14.443)
Atualização monetária	40.088	8.880	14.787
Saldo final	1.078.624	1.016.941	1.092.445

(i) O impacto na Demonstração de Resultado, classificados na rubrica reversão/(despesas) de provisão no montante de R\$ 7.474 (30 de junho de 2020 – R\$ 15.250) e registrado na rubrica de contribuição social, o montante de R\$ 26.260 (30 de junho de 2020 – R\$ 29.552).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/ financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 68.069 (2020 - R\$ 67.658) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2020 – R\$ 37.962).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 617.507 (2020 - R\$ 585.753) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 29.133 (2020 – R\$ 28.967).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributárias		
IOF (i)	782.469	778.190
IRPJ/CSLL (ii)	328.605	326.158
ISS (iii)	420.305	385.945
Outros	114.563	103.039
	<u>1.645.942</u>	<u>1.593.332</u>
Cíveis		
Ações revisionais	1.944	2.892
	<u>1.944</u>	<u>2.892</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

17. OUTROS PASSIVOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Sociais e estatutárias (Nota 18)	-	101.668
Impostos e contribuições a pagar	602.385	433.271
Resultado de exercícios futuros	92.906	100.318
Contas a pagar	74.076	105.926
Contratos de financiamentos a pagar	56.962	125.739
Recebimentos em trânsito a processar	53.435	19.690
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9.354	990
Outros	20.155	27.513
Total	<u>909.273</u>	<u>915.115</u>
Circulante	<u>852.516</u>	<u>793.993</u>
Não circulante	<u>56.757</u>	<u>121.122</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2020 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima ao montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Portanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração da Instituição propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e solicitada autorização ao pagamento ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021;

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, relativo ao ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 120.000 O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerador		
Lucro líquido do semestre	236.426	106.664
Denominador		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	0,76	0,34

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo 2º do Art. 1º da Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil. O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.440.591 (2020 - R\$ 1.416.919) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 897.169 (2020 - R\$ 862.016) e contingências no montante de R\$ 207.138 (2020 - R\$ 231.511). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 166.451 (2020 - R\$ 166.974) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 159.761 (2020 - R\$ 149.172) e de superveniência de depreciação R\$ 16.725 (2020 - R\$ 17.082), com prazo de realização em 2026.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	<u>De 2021</u> <u>a 2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>De 2026</u> <u>a 2031</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	173.568	332.192	24.435	27.806	882.590	1.440.591

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos ativos fiscais diferidos de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos ativos fiscais diferidos no período totaliza R\$ 1.137.340 (2020 - R\$ 1.185.452) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	<u>Ativos fiscais diferidos</u>			<u>Passivos fiscais diferidos</u>		
	<u>2021</u> <u>1º semestre</u>	<u>2020</u> <u>1º semestre</u>	<u>2020</u> <u>Exercício</u>	<u>2021</u> <u>1º semestre</u>	<u>2020</u> <u>1º semestre</u>	<u>2020</u> <u>Exercício</u>
Saldo inicial	1.416.919	1.101.637	1.101.637	166.974	155.864	155.864
Constituição	329.859	321.106	783.050	123.096	25.649	49.073
Realização	(306.187)	(129.003)	(467.768)	(123.619)	(16.165)	(37.963)
Saldo final	<u>1.440.591</u>	<u>1.293.740</u>	<u>1.416.919</u>	<u>166.451</u>	<u>165.348</u>	<u>166.974</u>

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	410.818	147.588
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(184.868)	(66.415)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	(4.689)	(5.665)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	15.428	18.738
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	-	12.804
Deduções de incentivos fiscais	-	1.897
Outros	(263)	(2.283)
Imposto de renda e contribuição social nos semestres	<u>(174.392)</u>	<u>(40.924)</u>

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(25.426)	(21.404)	(313)	(185)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(187.167)	(558.020)	(4.815)	(8.312)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(53.146)	(35.342)	(541)	(220)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(925)	(2.257)	(19)	(83)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(12.955)	(15.980)	(182)	(122)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.198.487)	(680.302)	(11.740)	(7.475)
Sociais e estatutárias	-	(101.668)	-	-
Contas a pagar	(11.977)	(20.118)	-	-
Operação de crédito	109.855	107.449	2.407	-
Outras despesas administrativas	-	-	(73.018)	(72.020)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(176.408)	(176.826)	(1.293)	(1.939)
Operação de crédito	66.982	152.976	2.481	148
Títulos e créditos a receber	8.715	-	21	-
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.383.597)	(2.029.425)	(15.259)	(42.414)
Letras financeiras subordinadas	(2.024.868)	(1.992.001)	(89.978)	(88.672)
Contas a receber – valores a ressarcir	13.838	17.037	85.290	129.580
Arrendamento mercantil financeiro	1.677	-	36	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(2.076.698)	(1.083.972)	(15.164)	(12.670)
Contas a receber – valores a ressarcir	477	477	258	1.760
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(10.074)	-	(74)	-

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2021	2020	2021	2020
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(441.763)	-	(3.687)	-
Contas a receber – valores a ressarcir	147	342	1.543	2.162
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a receber – valores a ressarcir	347	347	-	-
VW FS Digital Solutions GMBH				
Contas a pagar	(2.711)	(1.809)	(9.934)	(327)
Contas a receber	2.680	-	871	-
VW Software Asset Management Gmhb				
Contas a pagar	(490)	-	(991)	-
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.				
Contas a receber – valores a ressarcir	223	118	501	362

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	5.334	6.101
Benefícios pós-emprego	87	87
Outros benefícios de longo prazo	250	412
	<u>5.671</u>	<u>6.600</u>

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

	Em 30 de junho de 2021		Em 31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.136.601	1.136.601	1.708.666	1.708.666
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	40.365	40.365	53.389	53.389
Instrumentos financeiros derivativos (i)	27.944	27.944	787	787
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	19.640.018	18.541.437	17.760.575	17.514.606
Outros ativos	193.382	193.382	46.479	46.479
Total de ativos financeiros	21.038.310	19.939.729	19.569.896	19.323.927
Recursos de instituição financeira (ii)	2.643.827	2.643.827	2.879.125	2.879.125
Recursos de clientes (iii)	8.056.871	8.056.871	7.536.202	7.536.202
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	7.145.251	7.145.251	5.788.972	5.788.972
Instrumentos financeiros derivativos (i)	2.747	2.747	21.926	21.926
Dívidas subordinadas (iv)	2.024.868	1.877.306	1.992.001	1.611.709
Outros passivos (v)	447.693	447.693	632.585	632.585
Total de passivos financeiros	20.321.257	20.173.695	18.850.811	18.470.519

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

	Em 30 de junho de 2021				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.136.403	1.136.403	-	-	1.136.403
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	40.365	40.365	-	-	40.365
Instrumentos financeiros derivativos	27.944	-	27.944	-	27.944
Total de ativos financeiros	1.204.712	1.176.768	27.944	-	1.204.712
Instrumentos financeiros derivativos	2.747	-	2.747	-	2.747
Total de passivos financeiros	2.747	-	2.747	-	2.747
	Em 31 de dezembro de 2020				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.708.550	1.708.550	-	-	1.708.550
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	53.389	53.389	-	-	53.389
Instrumentos financeiros derivativos	787	-	787	-	787
Total de ativos financeiros	1.762.726	1.761.939	787	-	1.762.726
Instrumentos financeiros derivativos	21.926	-	21.926	-	21.926
Total de passivos financeiros	21.926	-	21.926	-	21.926

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais**

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental – define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013 e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	2021	2020
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.210.404	3.448.537
Nível I	2.542.779	2.730.661
Capital principal	2.542.779	2.730.661
Patrimônio líquido	2.701.744	2.878.337
Ajustes prudenciais	(158.965)	(147.676)
Nível II	667.625	717.876
Instrumentos de dívida subordinada	667.625	717.876
Ativos ponderados pelo risco - RWA	21.216.832	19.488.139
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	19.975.033	18.291.891
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽³⁾	1.241.799	1.196.248
Índice de Basileia - Total	15,13%	17,70%
Capital nível I	11,98%	14,01%
Capital principal	11,98%	14,01%
Capital nível II	3,15%	3,69%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.192/13;

(2) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 9,625% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 6,125% entre o capital principal e o RWA, e de 7,625% entre o nível I do PR e o RWA para o semestre encerrado em 30 de junho de 2021.

O índice de Basileia foi de 15,1% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 12,0% em 30 de junho de 2021.

(c) Outras despesas administrativas

	2021	2020
Despesas com serviços especializados	123.346	111.586
Despesas com registro de contrato	24.184	21.756
Despesas com publicidade	1.122	1.053
Despesas com depreciação e amortização	1.978	3.359
Despesas de comunicação e manutenção	2.300	2.314
Outras despesas administrativas	2.024	2.015
	154.954	142.083

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(d) Outras receitas operacionais

	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas (i)	19.744	16.418
Variação monetária ativa	9.658	12.245
Reversão de provisões (ii)	16.968	24.825
Outras receitas operacionais	1.963	4.329
	<u>48.333</u>	<u>57.817</u>

(i) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(ii) Refere-se, a reversão de provisões ativas.

(e) Outras despesas operacionais

	2021	2020
Despesas com descontos concedidos	191.059	86.723
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	121.060	85.483
Despesas com provisões operacionais (ii)	2.954	3.955
Despesas com busca e apreensão	35.489	20.210
Outras despesas operacionais	23.733	22.752
	<u>374.295</u>	<u>219.123</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020. Detalhamos abaixo:

	2021	2020
Resultado recorrente	267.673	362.912
Resultado não recorrente	(31.247)	(256.248)
Provisão para devedores duvidosos (i)	(31.247)	(256.248)
Lucro líquido dos semestres	<u>236.426</u>	<u>106.664</u>

(i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

(g) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2021 totaliza R\$ 8.710 (2020 - R\$ 8.601), cuja provisão é de R\$ 87 (2020 - R\$ 86), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Desde o primeiro semestre de 2020, períodos que vem se destacando por ser desafiador devido à pandemia causada pelo Covid-19, iniciada no final do primeiro trimestre. A Instituição, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembléia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2021, foi aprovado aumento de capital com a capitalização da reserva especial de lucros no montante de R\$ 291.000, submetido à aprovação do Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

JÖRG MICHAEL PAPE

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

*

*

*

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49
N.I.R.E. nº 35.300.060.091

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 02 (dois) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Jörg Michael Pape, eleito como Presidente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2019, e Rodrigo Otávio Rocha Capuruço, eleito como Membro Qualificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, e reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a efetividade, qualificação e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas apresentações efetuadas pelas diversas Superintendências e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a

avaliação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (vi) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, jurídico, tributário, compliance e contabilidade com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, capital regulatório, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, conduta e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2021 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2021, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 26 de agosto de 2021.

Comitê de Auditoria

Jörg M. Pape – Presidente

Rodrigo O. R. Capuruço – Membro Qualificado